

(Parâmetros para reformar a economia

18 FEV 1987

por Cláudia Sfatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

Os últimos dados da Caxex que chegaram ao Ministério da Fazenda indicam que as exportações estão, neste mês, apenas 5% abaixo das exportações de US\$ 1,77 bilhão realizadas em fevereiro do ano passado. Esse seria o sinal de que a desaceleração da demanda interna já se está refletindo nos embarques de mercadorias.

Paralelamente ao processo de elaboração do Cruzado III, os assessores do ministro da Fazenda alinhavam um plano de renegociação da dívida externa que equaciona o gargalo maior do crescimento econômico: a redução das transferências de recursos da economia brasileira para os banqueiros internacionais.

Uma das hipóteses é tentar "ganhar tempo", como disse uma das fontes consultadas, e isso poderia significar a prorrogação dos mecanismos e rolagem da dívida externa, que vence dia 15 de abril próximo, por mais 90 dias. Assim, o governo teria tempo para recompor internamente uma situação econômica mais estável, antes de voltar à mesa de negociação com os credores.

"Temos de ir aos bancos

credores com uma política interna já acertada aqui", assinalou um economista do PMDB que está assessorando o governo, referindo-se a uma política econômica interna bem costurada politicamente com o PMDB e a Frente Liberal. Nesse aspecto, segundo esse economista, o ministro da Fazenda "está-se saindo muito bem" e a conversa que Funaro vai ter com os parlamentares na Câmara dos Deputados, no dia 25 próximo, será crucial para fechar o apoio político ao novo plano econômico, que, "ao contrário do que está sendo dito, não passa por uma aproximação do país ao Fundo Monetário Internacional (FMI)", assegurou.

Embora sem essa aproximação formal, alguns interesses do governo brasileiro convergem com as aspirações dos bancos credores internacionais, como, por exemplo, a desaceleração interna da economia, outro item onde o tempo é importante. "Uma recessão aguda ajudaria muito para a queda da inflação", lembrou um dos assessores do Ministério da Fazenda, ressaltando contudo que o governo não pretende deixar que o desaquecimento acelerado prossiga por mais de dois a três meses, a partir do qual configuraria uma recessão.

Parâmetros para reformar a economia

GAZETA MERCANTIL

18 FEV 1987

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Sfatle
de Brasília

O governo vai proibir, entre hoje e amanhã, as operações financeiras com taxas de juro prefixadas, permitindo exclusivamente os negócios com juros pós-fixados, segundo informou ontem o secretário especial para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo.

Juntamente com essa decisão, que será anunciada pelo Banco Central (BC), o governo definirá que os juros acompanharão a variação das Letras do Banco Central (LBC), reintroduzindo assim um mecanismo formal de indexação no mercado financeiro, como explicou a este jornal um alto assessor do Ministério da Fazenda. Indagado se essa medida seria suficiente para reduzir as taxas de juro, Belluzzo por sua vez respondeu: "Nada é suficiente para baixar os juros".

Pelo que pretendem os economistas do Ministério

da Fazenda, a economia passará a funcionar com os seguintes parâmetros: juros atrelados à variação das LBC; taxa de câmbio ligada à inflação mais a cesta de sete moedas estrangeiras; salários protegidos pelo "gatilho"; e as prestações da casa própria indexadas aos salários. Assim, esperam amortecer um pouco os efeitos da alta taxa de inflação esperada para este mês de fevereiro.

"Estamos em pleno 1965, quando o ministro Octávio Gouvêa de Bulhões assinava que era impossível baixar a inflação com as expectativas formadas no mercado financeiro, que embutiam perspectivas de inflação nas taxas praticadas no deságio das letras de câmbio", lembrou uma fonte qualificada do Ministério da Fazenda, ao citar as circunstâncias em que o ex-ministro da Fazenda criou a correção monetária, trocando a expectativa de inflação futura pela inflação efetivamente ocorrida.

A reindexação da economia é a primeira de uma série de providências que serão tomadas pelo Ministério da Fazenda nos próximos dias. A tendência, segundo um assessor bastante ligado ao ministro Dilson Funaro, é promover um novo choque de preços e salários somente quando os preços relativos estiverem mais acomodados. Isso representaria uma espera de uns trinta dias ainda.

A questão do tempo para implementar o novo choque — que implicaria um congelamento de preços e salários por 90 a 120 dias — é fundamental para que os preços relativos não estejam com distorções sérias, como ocorreu na decretação do Cruzado I com produtos como leite ou energia elétrica. Para os salários, seria concedido um abono equivalente à inflação produzida pelo realinhamento de preços, antes do congelamento.

O Cruzado III viria no meio de uma séria crise cambial. Também aí o tempo é uma questão importante. Segundo um assessor do Ministério da Fazenda, que está na linha de frente do novo plano, fevereiro está surpreendendo o governo em termos de recuperação das exportações e é bastante provável que o governo não decida por negociar com o comitê de assessoramento da dívida externa, em Nova York, uma centralização do câmbio no Banco Central.

Existem duas alternativas em estudo no governo: centralizar ou não o câmbio, quando as reservas estão por volta de US\$ 3,8 bilhões.

(Continua na página 14)

A tendência de alta dos juros foi reforçada ontem. Subiram as taxas dos certificados de depósito bancário (CDB) prefixados e dos pós-fixados, revelando um aperto na disponibilidade de recursos no sistema financeiro. Os prefixados subiram até 30 pontos, atingindo 750% ao ano (ou 19,523% ao mês), enquanto os papéis indexados à variação das LBC registraram alta de até 2 pontos, sendo negociados a 24% ao ano para lotes acima de CZ\$ 30 milhões.

(Ver página 15)